

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
INTRODUÇÃO.....	17
Relevância do Tema.....	18
Estrutura do Trabalho. Metodologia	19
CAPÍTULO 1 – BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS DO CONTRADITÓRIO	21
1.1 Introdução.....	21
1.2 Raízes primitivas do contraditório na Grécia Antiga.....	22
1.3 O contraditório no Direito Romano.....	25
1.3.1 <i>Legis actiones</i>	25
1.3.2 <i>Per formulas</i>	28
1.3.3 <i>Cognitio Extra Ordinem</i>	32
1.4 Alterações introduzidas na Idade Média	35
1.4.1 Surgimento do <i>ordo iudiciarius</i>	35
1.4.2 Teoria jusnaturalista clássica	40
1.5 Evolução do contraditório na Idade Moderna	41
1.5.1 Do <i>ordo</i> ao processo	41
1.6 A construção hodierna do contraditório a partir da Idade Contemporânea	44
1.6.1 Crise do contraditório no século XIX e início do século XX.....	44
1.7 Conclusão	44
CAPÍTULO 2 – O CONTRADITÓRIO NO PROCESSO CIVIL, NOTADAMENTE À LUZ DO DIREITO BRASILEIRO	47
2.1 Introdução.....	47
2.2 Devido processo legal	51
2.3 O conteúdo e o exercício do direito ao contraditório	56
2.3.1 Nos primórdios: o contraditório visto como o direito à audiência bilateral	56
2.3.2 A passagem para a dimensão substancial do princípio do contraditório	59
2.3.2.1 O processo participativo e a mudança de postura dos juízes e das partes	59

2.3.3 O direito de influência e o dever de fundamentação das decisões	66
2.3.4 Vedação à decisão surpresa	74
2.4 Contraditório e ampla defesa.....	79
2.5 Princípio da oralidade	80
2.6 Princípio da imediação	82
2.7 Conclusão	82
CAPÍTULO 3 – “ARBITRAGEM TAMBÉM É PROCESSO”: REFLEXÕES ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM E SOBRE O CONTRADITÓRIO NO PROCESSO ARBITRAL.....	85
3.1 Introdução.....	85
3.2 A Natureza Jurídica da Arbitragem.....	88
3.2.1 Teoria contratualista ou privatista	89
3.2.2 Teoria jurisdicional.....	92
3.2.3 Teoria mista ou híbrida	98
3.2.4 Teoria autonomista	100
3.2.5 No Brasil, prevalece a teoria jurisdicional	104
3.3 “Processo Arbitral” ou “Procedimento Arbitral”?.....	106
3.4 Arbitragem é processo e, embora não seja regida pelo CPC, submete-se a princípios processuais	111
3.5 A Incidência do Modelo Constitucional de Processo também sobre a Arbitragem	115
3.6 O Princípio do Contraditório na Arbitragem.....	116
3.6.1 A intrínseca relação entre os Princípios do Contraditório e da Igualdade das Partes na Arbitragem.....	124
3.7 Temas selecionados envolvendo contraditório e arbitragem.....	126
3.7.1 A eventual concessão, pelos árbitros, de providências cautelares <i>inaudita altera pars</i> viola o princípio do contraditório?.....	127
3.7.2 Em respeito aos princípios do contraditório e da igualdade das partes, deve ser assegurada aos litigantes a igualdade de oportunidades na designação de árbitros	130
3.7.3 A nomeação de árbitro(s) pelo Poder Judiciário deve respeitar o contraditório, devendo ser concedida a ambas as partes a oportunidade de se manifestarem sobre o assunto	132
3.7.4 Se um dos litigantes, embora devidamente cientificado, simplesmente não participa da arbitragem ou limita-se a assinar o Termo de Arbitragem e não pratica mais qualquer ato ao longo do processo arbitral, há ofensa ao princípio do contraditório se a arbitragem seguir seu curso?	135
3.7.5 A produção de prova técnica pericial produzida na arbitragem sem perito do tribunal arbitral corresponde, necessariamente, a uma ofensa ao princípio do contraditório?	137

3.7.6 A não concessão de oportunidade para a Requerida se manifestar sobre documentos juntados em Réplica pela Requerente da arbitragem enseja violação ao contraditório, podendo levar à anulação da sentença arbitral	141
3.8 Produção de provas e contraditório na arbitragem: a que ponto chegamos? <i>Due process</i> paranoia	141
3.9 Conclusão	143
CAPÍTULO 4 – A AUDIÊNCIA REMOTA DE INSTRUÇÃO NA ARBITRAGEM, SOB A ÓTICA DO CONTRADITÓRIO E OUTROS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS ...	145
4.1 Introdução	145
4.2 Esclarecimentos sobre a terminologia empregada	146
4.3 A questão da audiência remota sob a ótica do juízo estatal	147
4.4 A delimitação do problema ora proposto	156
4.5 “ <i>The show must go on</i> ”: como a arbitragem adaptou-se rapidamente ao isolamento social imposto pela pandemia da Covid-19, de modo que os processos arbitrais pudessem retomar sua trajetória	161
4.6 Em que medida o formato 100% remoto da audiência de instrução na arbitragem impacta no respeito ao princípio do contraditório?	171
4.6.1 Situações-problemas	174
4.6.2 À luz do princípio do contraditório, como devem se posicionar os árbitros diante da recusa de uma das partes à realização da audiência de instrução por videoconferência?	176
4.6.3 Jurisprudência	182
4.6.4 Recomendações práticas	184
4.6.5 Diversidade e Inclusividade – Duas vantagens da audiência remota que não podem ser ignoradas	187
4.6.6 Desvantagens operacionais da audiência remota de instrução na arbitragem	188
4.7 O “ <i>deep fake</i> ”: ameaça cibernética que não pode ser desconsiderada	188
4.8 Conclusão	189
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÃO	191
BIBLIOGRAFIA	195